

# Práticas colaborativas e ensino da Arquitetura

## A experiência dos Laboratórios de Intervenção em Arquitetura in situ/

Filipa Ramalhete<sup>a</sup>, Joana Pestana<sup>b</sup>, Sérgio Silva<sup>c</sup>, José Castro Caldas<sup>d</sup>

### Resumo

Neste texto apresenta-se o projeto de Laboratório de Intervenção em Arquitetura in situ/, iniciado em 2012 e que conta já com sete edições. Trata-se de um projeto de intervenção na comunidade, promovido pelo CEACTION/UAL – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, com parcerias da Câmara Municipal de Almada e de diversas instituições locais. São apresentadas as experiências já realizadas, bem como uma análise crítica sobre o projeto e exploradas as dimensões das estratégias dos vários atores face aos objetivos de cada edição. O texto apresenta uma análise crítica do planeamento tradicional, e de intervenções alternativas a ele, que discutem a capacidade dos agentes intervirem e influenciarem o sistema tradicional, questionando a capacidade deste integrar abordagens que apontem novas soluções para velhos problemas. Estas intervenções são vistas à luz dos conceitos de comunidade, comunidade de prática e agencialidade espacial, que nos permitem enquadrar as experiências de intervenção recente como iniciativas que procuram dar respostas aos problemas que o planeamento tradicional, não obstante as suas virtudes, não tem conseguido resolver. Através do caso de estudo apresentado, defende-se que é de considerar a capacidade de agencialidade espacial dos atores nestes processos, na medida em que possuem capacidade de intervir na estrutura sociocultural, promovendo uma intervenção ativa, impulsionadora de mudanças a longo prazo.

### Palavras-Chave

Arquitetura, Práticas colaborativas, Comunidade de prática, Almada

### Abstract

This text presents the project Laboratory of Intervention in Architecture in situ/, started in 2012 and already with seven editions. It is a project of intervention in the community, promoted by CEACTION/UAL – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, with the partnerships of the Municipality of Almada and several local institutions. We present the experiences already carried out, as well as a critical analysis of the project, and explore the strategies of the various actors in each edition. The text presents a critical analysis of traditional planning, and of alternative interventions to it, which discuss the agents' ability to intervene and influence the traditional system, questioning its ability to integrate approaches that point out new solutions to old problems. These interventions are seen having as a starting point the concepts of community, community of practice and spatial agency, which allow us to observe recent intervention experiences as initiatives to respond to the problems that traditional planning, despite its virtues, has not been able to solve. Through the case study presented, it is argued that it is necessary to consider the actors spatial agency capacity in these processes, as they have the capacity to intervene in the socio-cultural structure, promoting an active intervention that drives long-term changes.

### Keywords

Architecture, Collaborative practices, Community of practice, Almada

<sup>a</sup> CEACTION/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa e CICS.Nova - Centro de Investigação Interdisciplinar da Universidade Nova de Lisboa. Email: framalhete@netcabo.pt

<sup>b</sup> CIAUD - Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura de Lisboa. Email: joana.pestana@gmail.com

<sup>c</sup> CEACTION/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa. Email: sergioserva@gmail.com

<sup>d</sup> CEACTION/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa. Email: josecastrocaldas@gmail.com

## Introdução<sup>1</sup>

A complexidade crescente dos sistemas urbanos, a par com a crescente globalização dos saberes e a crise económico-financeira da última década, estão na origem de um aceso debate, sobre a cidade enquanto espaço socialmente produzido e em constante mutação. Neste contexto, o planeamento de génese racionalista tem vindo a ser questionado, em confronto com abordagens que colocam a ênfase no processo e não no produto final, apelando a metodologias colaborativas que partem do princípio de que os cidadãos podem ter um papel ativo na definição e na transformação do espaço que habitam (Healey, 1997, 2003).

Em consequência, multiplicaram-se, nas últimas décadas, intervenções em territórios diversos, com destaque para os de exclusão ou resultantes de processos de perda de vitalidade urbana (por exemplo em UN-HABITAT, 2010). No entanto, dada a enorme diversidade de espaços e contextos, estas intervenções tendem a sublinhar as particularidades de cada experiência, registando-se algumas dificuldades de objetivação e sistematização de conceitos e práticas. Ao mesmo tempo que se banalizam termos como “participação” e “colaboração”, persiste a dúvida subjacente à definição clara das fronteiras e abrangência destes conceitos (Ramalhete e Gato, 2016). As dificuldades crescem quando a estes termos se associam outros também eles difusos e fluídos, como é o caso de “população” e “comunidade”. Em particular, multiplicam-se as referências à “participação da população” e a “projetos com a comunidade”. Se a população pode ser considerada (pelo menos em parte e com recurso a alguma simplificação) um conceito estatístico - que compreende os residentes, podendo incluir alguns presentes não residentes - mas sem uma conotação identitária associada, já a “comunidade” é um conceito mais complexo e cujas referências académicas de várias décadas remetem para o corpo teórico das ciências sociais, a partir do século XIX (Guérin, 2004), sendo, entre outros, incontornáveis os contributos de Tönnies (que no final do século XIX opôs comunidade a sociedade (2004 [1887]), Redfield (1956) ou Nisbet (2004), que considerou este um dos cinco conceitos fundamentais da sociologia.

A definição de comunidade, apesar dos vários contornos disciplinares e evoluções, remete tendencialmente para um grupo socialmente identificável, com uma escala pequena a média, que partilha um referencial comum enquanto grupo, quer em termos identitários, quer em termos de autodefinição. No entanto, dada a polissemia e

complexidade do conceito, alguns autores chegam a questionar a pertinência do termo *per se*, dado que, como afirma Guérin (2004), estamos na presença de um conceito que é vítima do seu próprio sucesso – correndo-se o risco de o transformar meramente num produto de marketing, anacrónico e nostálgico, onde o “local” é uma construção retórica (Appadurai, 1996), que legitima intervenções e análises externas. Guérin chama igualmente a atenção para a emergência, nas últimas décadas, de conceitos que parecem equivalentes, nascidos no contexto das novas tecnologias mas que começam a extravasar desse âmbito, como é o caso de “comunidades virtuais” ou “comunidades de prática”. Esta tendência semântica de caracterização da comunidade poderá ser uma alternativa de discussão para superar o impasse concetual no qual esta parece encontrar-se aprisionada.

Como tal, e no contexto deste texto, parece-nos interessante explorar a definição e abrangência das “comunidades de prática”, definidas por um dos autores que forjou este conceito da seguinte forma: “*Communities of practice are formed by people who engage in a process of collective learning in a shared domain of human endeavour: a tribe learning to survive, a band of artists seeking new forms of expression, a group of engineers working on similar problems, a clique of pupils defining their identity in the school, a network of surgeons exploring novel techniques, a gathering of first-time managers helping each other cope.*”<sup>2</sup> (Wenger-Trayner, 2015, s.p.). Esta perspetiva será retomada e desenvolvida mais à frente.

No caso concreto de projetos de intervenção arquitetónica, tem sido recorrente a utilização do termo “comunidade” para, de uma forma mais ou menos idealizada, caracterizar projetos que se definem essencialmente por serem intervenções de proximidade, com maior ou menor grau de interação com agentes locais, assistindo-se a uma apropriação quase indiscriminada do termo.

Em estreita relação de complementaridade com o termo “comunidade”, surge igualmente o de “agencialidade” (*agency*), uma vez que a lógica subjacente a estes projetos assenta na premissa de que os atores possuem capacidade de intervir na estrutura sociocultural, promovendo uma intervenção ativa, impulsionadora de mudanças a longo prazo. Do compromisso entre a comunidade e a agencialidade dos vários atores, e partindo da premissa de que o espaço é uma categoria socialmente produzida e produtora de sentido (Lefebvre, 1968, 1986; Ledrut, 1980), considera-se ser possível, através deste tipo de intervenções,

<sup>1</sup> Agradecemos à Maria Assunção Gato a revisão e sugestões para o texto e ao Gonçalo Pacheco as fotografias das edições de 2016 e 2017.

<sup>2</sup> Para mais informação e textos dos autores, ver <http://wenger-trayner.com/introduction-to-communities-of-practice/>

promover mudanças que mitiguem desigualdades e injustiças com expressão territorial (Soja, 2010; Fainstein, 2010; Gervais-Lambony e Dufaux, 2009; Young, 1990; Ramalheite, 2013).

Recentemente, surgiu o termo *spatial agency*, criado no âmbito de um projeto de investigação da University of Sheffield<sup>3</sup> (Awan *et al.*, 2011), cuja tónica é posta na capacidade transformadora da arquitetura enquanto disciplina de ação e motor de intervenção, para além da conceção e produção de edifícios (Schneider e Till, 2009). O projeto analisou e deu visibilidade a iniciativas de intervenção de arquitetos junto de várias comunidades urbanas, muitas delas herdeiras das abordagens de intervenções participadas no espaço público, decorrentes de uma ótica de planeamento sustentável de proximidade e colaborativo, assente no princípio da subsidiariedade e na teoria ecológica da década de 1990 (Águas, 2012; Aguilera, 2004, Remesar, 2003; Borja e Muxi, 2003). Um aspeto que importa acentuar nestes projetos é que o espaço público é assumido como um espaço transaccional, de transformação social e de integração, sendo os próprios objetos produzidos considerados como produtores de uma agencialidade transformadora (Gato *et al.*, 2013; Gell, 1998).

Neste texto apresenta-se uma reflexão sobre o projeto de Laboratório de Intervenção em Arquitetura INSITU, um projeto coordenado pelo Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa (CEACT/UAL) desde 2012 e que conta já com seis edições. Trata-se de um projeto de intervenção na comunidade, com parceria e cofinanciamento da Câmara Municipal de Almada (desde 2013) e parcerias com diversas instituições locais (exemplos: Junta de Freguesia de Caparica, Centro de Arqueologia de Almada e Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental) e empresas. Conjuntamente com as experiências já realizadas será apresentada uma análise crítica sobre os Laboratórios de Intervenção, procurando explorar as dimensões das estratégias dos vários atores face aos objetivos de cada edição.

### **Laboratórios de intervenção em arquitetura: objetivos e metodologia<sup>4</sup>**

Os Laboratórios de Intervenção em Arquitetura *in situ*/ são projetos de investigação/ação que visam promover experiências de ensino/aprendizagem inovadoras e, fora do contexto académico; inves-

tigar temas da cidade em transição e intervir em contextos de atuação reais; promover parcerias diversificadas com entidades locais; projetar e construir soluções para os desafios dos contextos metropolitanos contemporâneos; contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações e dos contextos locais de intervenção.

Realizaram-se, desde 2012, sete edições, todas no concelho de Almada. A primeira edição, foi realizada nas Terras da Costa, em virtude de o CEACTION ser parceiro de um projeto de investigação naquele bairro<sup>5</sup>: Na sequência desta edição, teve início uma parceria com o Departamento de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Almada (CMA). Nas edições seguintes, os locais de intervenção foram selecionados em conjunto com a equipa da CMA, mantendo sempre como critério de escolha, espaços no concelho com necessidades de intervenção ou em processo de transição, ainda sem novos usos definidos, quer em termos de intervenções de curto prazo, quer em termos de instrumentos de gestão territorial. De facto, por vezes, os instrumentos existentes ou em fase de elaboração, não dão resposta às questões que os territórios levantam – quer pela morosidade dos processos de planeamento, quer pela desadequação das suas propostas à realidade socioeconómica dos últimos anos. Em consequência, os Laboratórios *in situ*/ procuram sempre propor reflexões e soluções de transição, proporcionando e abrindo possibilidades e usos imediatos, independentemente das intervenções que possam ser feitas no futuro. Ao longo das várias edições, foi sendo desenhada uma metodologia de abordagem e intervenção, que se sistematiza em seguida.

No que diz respeito à tutoria, o CEACTION tem mantido ao longo das várias edições do *in situ*/ uma equipa de organização, mas cada edição tem, por norma, uma ou várias equipas de arquitetos tutores. Têm sido convidados sobretudo jovens arquitetos, com experiência de projeto e construção e, com trabalhos cuja qualidade e interesse se adequam aos desafios propostos em cada edição. Os Laboratórios são preparados com seis meses a um ano de antecedência, em articulação com a equipa de tutores, estabelecendo-se também as necessárias parcerias, visitas ao local, reuniões e contactos com a equipa da CMA.

É também durante este período que se discutem e definem eventuais programas para o local da intervenção e se definem os materiais de construção a utilizar (estes têm sido conseguidos através de apoios da CMA, aquisição direta ou patrocínio).

<sup>3</sup> Para mais informações, ver <http://spatialagency.net/>

<sup>4</sup> Para mais informações ver <http://insitu.autonoma.pt>

<sup>5</sup> Projeto Fronteiras Urbanas (FCT PTDC/CPE-CED/119695/2010).

Embora com algumas diferenças entre as várias edições, decorrentes de questões de calendarização e da organização interna de cada uma, todos os *in situ*/ são realizados num período de cerca de duas semanas, compreendendo um momento de projeto e um de tempo de construção. São experiências bastante intensas, tanto por parte da tutoria, como dos participantes. A dinâmica de construção é variável, mas é um processo essencialmente colaborativo, contando com a participação de alunos, voluntários, residentes, tutores e técnicos e operacionais da CMA.

Durante o laboratório são ainda realizadas conferências, onde são convidados arquitetos ou investigadores que tenham trabalhado em temas ou projetos relevantes e com interesse para o Laboratório a decorrer. São também desenvolvidas algumas ações de auscultação e discussão com a comissão de acompanhamento, composta por parceiros e outros convidados, com vista à avaliação e discussão das propostas de intervenção.

Embora os resultados sejam necessariamente diferentes em cada edição, importa salientar dois aspetos destes Laboratórios: 1) o aspeto experimental, uma vez que se trata de laboratórios enquadrados numa experiência académica de aprendizagem, onde é essencial dar espaço à investigação, à experiência de construção e também, ao erro; 2) o objetivo não é construir estruturas perenes, mas antes pensar o território e construir possibilidades, por vezes transitórias (o que, como é evidente, não implica comprometer a qualidade do projeto ou das construções).

Por fim, importa ainda referir que o *in situ* não é apresentado aos parceiros como um projeto “participado” ou “de comunidade”, mas sim como uma experiência com uma duração limitada, de trabalho colaborativo. Na realidade, promove-se a criação de uma “comunidade de prática”, onde atores diversificados (alunos, tutores, associações, população, técnicos e operacionais da autarquia, ...) se encontram e trabalham em torno de um projeto comum, com base numa coesão operacional e numa abordagem metodológica que se foi construindo, replicando e adaptando ao longo dos anos.

### Do “Noutra Costa” (2012) ao INSITU’7 (2017): Originalidades e aprendizagens

Até à data, todos os Laboratórios realizados contaram com a participação de parceiros variados para a abordagem de desafios distintos. Um dos principais objetivos das primeiras edições foi



Imagem 1 - Trabalhos com os operacionais da CMA

Fonte: APPACDM, 2015

Imagem 2 - Discussão das propostas com a população do 2º Torrão e comissão de acompanhamento

Fonte: APPACDM, 2015

pensar contextos urbanos de génese informal (Noutra Costa – Terras da Costa da Caparica, em 2012, InSitu e INSITUaction, no Bairro do 2º Torrão, na Trafaria - 2013 e 2014). Na primeira edição, que contou com seis equipas de tutores (Argot, Atelierbase, Ateliermob, José Castro Caldas + Sérgio Silva, Likearchitects, OTO) o exercício foi sobretudo teórico e especulativo, versando sobre a necessidade de solucionar – a curto

<sup>6</sup> Para um vídeo síntese, ver em <https://www.youtube.com/watch?v=0lmDWmjCR34&feature=youtu.be>

ou a médio prazo – a precaridade das condições de habitabilidade do bairro das Terras da Costa, tendo sido apenas construída uma instalação artística durante uma tarde, pelo atelier Likearchitects). Deste exercício surgiram, contudo, novas dinâmicas que impulsionaram, por exemplo, a posterior construção de uma cozinha comunitária (Ateliermob + Warehouse).

Na sequência desta experiência, a equipa de coordenação e a equipa da CMA<sup>7</sup> propôs, no ano seguinte, um desafio diferente: pensar



Imagem 3 - Instalação com dinâmica sobre o bairro das Terras da Costa

Fonte: autores, 2012

Imagem 4 - Construção de uma mesa no 2º Torrão

Fonte: autores, 2013

e construir estruturas de apoio à população do Bairro do 2º Torrão. Este bairro situa-se numa área cujo Plano de Pormenor (ainda em elaboração) previa a sua demolição. Contudo, face à conjuntura da crise económico-financeira e às orientações municipais mais recentes, o bairro foi-se mantendo numa situação de permanência incerta, integrando uma associação de moradores sem expressão representativa, nem atividades organizadas.

No 2º Torrão o Laboratório focou-se, essencialmente, no levantamento de problemas existentes no bairro (insuficiente recolha de resíduos, falta de espaços seguros para as crianças brincarem, falta de equipamentos públicos, degradação do espaço da associação de moradores...) procurando ensaiar algumas soluções para os mesmos, como o desenho e construção de pontos de recolha de lixo, a construção de um parque infantil, construção de estruturas de apoio a hortas locais, a renovação do edifício da associação, a construção de uma mesa de exterior num espaço público entre outros. A construção destas propostas recorreu essencialmente a OSB, cortado no Vitruvius FabLab, que tem sido sempre parceiro dos Laboratórios, desde 2013. As equipas de tutores foram as seguintes: A+LBY architects, Argot + 1/2atelier, Atelierbase, Ateliermob, Likearchitects.

No ano seguinte, o objetivo foi consolidar dois dos espaços trabalhados no ano anterior. Com a tutoria de Miguel Marcelino e João Boto Caeiro + Rita Sarzedas, foram construídas novas estruturas destinadas sobretudo às crianças e jovens do bairro (novo parque infantil, ginásio ao ar livre, espaço público com zona de ensombreamento). Destes três primeiros laboratórios (Ramalhete e Silva, 2014) importa sublinhar a significativa interação estabelecida com a população e uma participação crescente por parte da CMA, assim como o facto de, desde essa altura, terem surgido, em paralelo ou em consequência do in situ/, várias intervenções no bairro, iniciativa de particulares ou associações.

Após estas experiências, a edição de 2015 abraçou um desafio distinto, o de trabalhar em estreita parceria com duas associações locais no tema da reabilitação do património. A APPA-CDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental possui uma nora tradicional cujo poço necessitava de restauro. Através da colaboração com o Centro de Arqueologia de Almada e o patrocínio de uma empresa local<sup>8</sup> foi possível efetuar esse trabalho,

<sup>7</sup> Filipa Ramalhete, Pedro Campos Costa, Sérgio Silva (CEACT), Alexandra Paio e Bárbara Varela (Vitruvius FabLab, ISCTE/IUL), Paulo Pardelha, Ricardo Carneiro e Amélia Pardal (CMA) – edição de 2013; na edição de 2014, juntou-se José Castro Caldas (CEACT).

<sup>8</sup> A coordenação desta e das seguintes edições está a cargo de Filipa Ramalhete, José Castro Caldas e Sérgio Silva. O Centro de Arqueologia de Almada tem sido parceiro nas edições posteriores a 2015.

com recurso a materiais e técnicas tradicionais. Através do Laboratório - sob tutoria de João Quintela + Tim Simon e Victor Beiramar Diniz e José Castro Caldas – construíram-se ainda algumas estruturas de melhoramento dos espaços exteriores (Ramalhete e Silva, 2016; ArchDaily Brasil, 2016). Nesta edição foi particularmente interessante a interação entre os participantes e os utentes e residentes desta Associação.

Em 2016 foram realizados dois Laboratórios in situ/ de características muito distintas, mas com um ponto em comum: ambos resultaram de desafios que foram lançados ao CEAAT, na sequência do reconhecimento do interesse e da qualidade das experiências anteriores. O INSITU<sup>5</sup>, realizado em fevereiro de 2016, resultou de um desafio lançado pela CMA, que pretendia construir bloqueios (objetos móveis que permitissem formar barreiras nos locais não visitáveis) e uma estrutura de apoio à visita das instalações do Presídio da Trafaria, com o objetivo de converter aquele antigo espaço prisional num espaço de oferta de atividades culturais (Baratto, 2017). Sob a tutoria de Gonçalo Pacheco, José Castro Caldas, Sérgio Silva e com a participação direta de técnicos e operacionais da CMA, foi construída uma estrutura que tem servido de apoio à realização de várias exposições temporárias. As restrições em termos de prazos de execução e as condições climatéricas constituíram os principais desafios desta edição. A articulação de recursos e saberes de todos os parceiros envolvidos permitiu, contudo, obter resultados bastante satisfatórios.

Ainda em 2016 foi iniciado um segundo projeto. Mas desta vez com uma programação para dois anos, dando resposta a uma necessidade já identificada em edições anteriores. Na sequência de um convite do festival Greenfest 2017 para projetar e construir um espaço de encontro e conferências, foi decidido, em parceria com a CMA, começar a desenhar e pensar um espaço público numa área industrial devoluta, o Caramujo-Romeira. Os trabalhos desenvolveram-se naquele espaço sob a tutoria de Rita Aguiar Ro-



Imagem 5 - Consolidação do parque infantil do 2º Torrão

Fonte: autores, 2014

Imagem 6 - Restauro de uma nora na Quinta dos Inglesinhos – APPACDM

Fonte: APPACDM 2015

Imagem 7 - Presídio da Trafaria

Fonte: autores, 2016



Imagem 8 - Caramujo-Romeira

Fonte: autores, 2016

Imagem 9 - Caramujo-Romeira

Fonte: autores, 2017

drigues e Joana Pestana, começando por avaliar os problemas e potencialidades do espaço, enquanto se desenhava a estrutura (temporária) para colocar no Greenfest. No local, foi feita uma intervenção urbana com recurso a *grafitti*, que desbravou o território para a edição deste ano.

Realizada em 2017, com tutoria do atelier ForStudio, nesta última edição, e dando seguimento ao tema já pensado no ano anterior sobre espaços industriais desativados e respetivas transições de usos possíveis, foi elaborada e executada uma proposta para um espaço público, criando uma estrutura com a ambição de abrir novas possibilidades de utilização daquele local. Esta última edição teve ainda a particularidade de associar o Arsenal do Alfeite, enquanto parceiro exterior à dinâmica interna do in situ/. Desta forma, foi possível realizar as conferências de abertura no Arsenal do Alfeite, também ele uma zona industrial ainda em funcionamento e na proximidade do local da intervenção.

### Reflexões finais

No total das sete edições estiveram envolvidos cerca de 300 participantes, para além dos parceiros, conferencistas, moradores, membros da organização e tutores. Os objetivos dos laboratórios têm sido plenamente atingidos, quer do ponto de vista académico e da experiência social e arquitetónica proporcionada aos participantes, quer de intervenção/construção e de mediação com os parceiros envolvidos em cada edição.

Como apresentado, cada edição do in situ/ contou com desafios distintos. Porém, todos eles colocaram aos tutores e participantes problemas urbanos contemporâneos. Esta diversidade foi intencional, uma vez que, do ponto de vista académico, pedagógico e laboratorial, consideramos importante não focar apenas numa só realidade. Por outro lado, a temporalidade reduzida do in situ/ não permite, há que reconhecê-lo, soluções definitivas. O desafio é, precisamente, abrir possibilidades, desenhar e construir hipóteses para espaços que são, na verdade, desafios para os quais nem sempre há soluções imediatas.

Estes aspetos poderão ser encarados como limitações à abrangência e durabilidade das intervenções. No entanto, o facto da metodologia de abordagem do in situ/ ter uma coerência ao longo de sete edições, permite ultrapassar esses limites, em várias medidas: em primeiro lugar, é possível identificar uma lógica de comunicação entre os vários atores (organização, câmara municipal, associações, participantes, residentes), alguns já

presentes há várias edições. Esta corresponde a um processo continuado de mediação entre os vários agentes, sendo que alguns se mantêm (como a equipa da CMA) e outros são sempre diferentes (por exemplo, os tutores), mas os objetivos gerais dos Laboratórios asseguram uma continuidade, criando uma cultura comum a todas as edições. Esta cultura comum, reforçada a cada edição pela continuidade do projeto, objetiva-se na criação de comunidades de prática que têm garantido o sucesso de cada Laboratório. Em segundo lugar, um aspeto que tem sido interessante é o de os laboratórios ajudarem a fortalecer a comunicação entre as pessoas que vivem nestes territórios e as instituições públicas, contribuindo para uma melhor compreensão das realidades mútuas e construindo novas perceções sobre os territórios intervencionados. Por fim, uma outra constatação prende-se com os impactos: a curto prazo os Laboratórios têm um impacto bastante positivo naqueles que trabalharam diretamente no projeto e na construção. Mas tem-se também verificado que as intervenções já realizadas, mesmo as mais perenes, têm uma durabilidade bastante razoável e criam um efeito de “pedrada no charco”, motivando debate sobre os territórios e estando na origem de projetos subsequentes, com ou sem relação direta com o in situ/. No caso do 2º Torção, por exemplo, os residentes continuaram as construções, para lá do calendário do Laboratório.

Importa agora retomar o enquadramento conceptual que foi explorado na Introdução, retomando o conceito de agencialidade. É que é clara a relevância do papel de cada ator para a construção dos objetos finais, mas o que é interessante é o facto dos resultados finais serem mais do que a soma das partes, refletindo processos de mediação, aprendizagem, negociação e colaboração entre todos os intervenientes. Há ainda que referir que se verificam os pressupostos da agencialidade espacial e dos objetos, na medida em que se tem observado, após cada edição, que os espaços intervencionados e os objetos contruídos possuem em si uma capacidade transformadora (é relevante o facto de nunca nenhum dos objetos ter sido destruído ou vandalizado).

É muito difícil, sem um processo paralelo de avaliação, conhecer aprofundadamente as estratégias e os benefícios, diretos ou indiretos, de cada edição. Não obstante, a avaliação interna que é feita após cada uma delas e o balanço da soma das edições, apontam para que possamos afirmar que se tem vindo a construir uma comunidade de prática alargada, constituída pelos tutores e parceiros de todas as edições, também ela maior do que a soma de cada edição, que tem

como objetivo comum, pensar sobre os problemas dos territórios contemporâneos e propor caminhos, ainda que perenes e transitórios, para a sua resolução. No que diz respeito às várias populações envolvidas, considera-se que seria muito interessante desenvolver uma metodologia de avaliação e monitorização, exterior ao projeto, que permitisse compreender e conhecer qual o impacto de cada edição nessas mesmas populações, após o curto período dos laboratórios. A perceção empírica e o retorno que tem sido relatado pelos vários parceiros envolvidos, nos anos seguintes, aponta para um impacto francamente positivo que, no entanto, não está devidamente sistematizado nem quantificado.

Por fim, fazemos apenas uma referência ao contributo que este tipo de iniciativas pode representar para a discussão relativa aos modelos futuros de planeamento colaborativo, não só em contextos de continuidade urbana, mas também em contextos de crise, de incerteza e de discussão sobre os usos futuros de territórios em transição, onde estes projetos poderão constituir uma forma de abrir a todos os agentes locais a discussão sobre as possibilidades que cada território encerra.

## Bibliografia

- ArchDaily Brasil (2016), INSITU / Atelier JQTS, Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/792389/insitu-atelier-jqts>, consultado em julho 2017.
- Águas, S. (2012), “Do Design ao Co-Design: uma oportunidade de design participativo na transformação do espaço público”, *On the W@terfront*, 22, pp. 57-70.
- Aguilera, F. (2004), “Arte, Ciudadanía y Espacio Público”, *On the W@terfront*, 5, pp. 36-51.
- Appadurai, A. (1996), “The Production of Locality”, *Modernity at Large. The Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 178-199.
- Awan, N., Schneider, T., Till, J. (2011), *Spatial Agency: Other Ways of Doing Architecture*, New York: Routledge.
- Baratto, R. (2017), “Intervenção Arquitetónica propõe a reapropriação de um antigo presídio em Portugal”, *ArchDaily Brasil*, Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/876890/intervencao-arquitetonica-propoe-a-reapropriacao-de-um-antigo-presidio-em-portugal>, consultado em agosto 2017.
- Borja, J. & Muxí, Z. (2003), *El espacio público, Ciudad y ciudadanía*, Barcelona: Diputación de Barcelona.



- Fainstein, S. (2010), *The just city*, Ithaca: Cornell University Press.
- Gato, M., Ramalhete, F., Vicente, S. (2013), “Hoje somos nós os escultores!” Agencialidade e arte pública participada em Almada”, *Cadernos de Arte e Antropologia*, 2 (1), pp. 53-71.
- Gell, A. (1998), *Art and Agency: An Anthropological Theory*, Oxford: Oxford University Press.
- Gervais-Lambony, P. e Dufaux, F. (2009), “Justice...spatiale!”, *Annales de Géographie*, nº 665-666, pp. 3-15.
- Guérin, F. (2004), *Le concept de communauté: une illustration exemplaire de la production des concepts en sciences sociales?*, Normandie: 13ème Conférence de l’AIMS, Vallée de Seine 2, 3 et 4 juin 2004.
- Healey, P. (1997), *Collaborative Planning. Shaping Places in Fragmented Societies*, London: MacMillan Press.
- Healey, P. (2003), “Collaborative Planning in Perspective”, in *Planning Theory*, 2, pp. 101-123, University of Newcastle upon Tyne, UK, Obtido fevereiro 2013, [http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic233853.files/February\\_4-6/Healey\\_Collaborative.pdf](http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic233853.files/February_4-6/Healey_Collaborative.pdf).
- Ledrut, R. (1980), “Espaces et Sociétés”, *Espaces et Sociétés*, 34-35, pp. 3-12.
- Lefebvre, H. (1968), *Le droit à la ville*, Paris: Anthropos.
- Lefebvre, H. (1986 [1974]), *La production de l'espace*, Paris: Anthropos.
- Nisbet, R. (2004 [1955]), *The sociological tradition*, New Brunswick and London: Transaction Publishers.
- Redfield, R. (1956), *Peasant Society and Culture, An Anthropological Approach to Civilization*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Remesar, A. (2003), “Arte e Espaço Público, Singularidades e Incapacidades da Linguagem escultórica para o Projecto Urbano”, in Brandão, P. e Remesar, A. (org.), *Design de Espaço Público: Deslocação e Proximidade*, Lisboa: Centro Português de Design, pp. 26-40.
- Ramalhete, F. (2013), “(In)justiça espacial e ordenamento do território: reflexões em torno de dois casos de estudo no concelho de Almada”, Correia, T. P.; Henriques, V.; Julião, R. (Org.), in *IX Congresso da Geografia Portuguesa – Geografia: Espaço, Natureza, Sociedade e Ciência*, Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos, pp. 547-561.
- Ramalhete, F. e Gato, M. (2016), “Um exercício de reflexão sobre o monumento em discurso direto”, in Vicente, S. (coord.). *Cidadão escultor escultor cidadão: um monumento à multiculturalidade em Almada*, Lisboa: Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, pp. 25-38.
- Ramalhete, F. e Silva, S. (2016), “Reabilitação colaborativa: a experiência do Laboratório de Intervenção em Arquitetura INSITU’15”, in *Atas do Congresso Ibero-Americano "Património, suas matérias e imatérias"*, Lisboa: LNEC, 2/3 de novembro de 2016.
- Ramalhete, F. e Silva, S. (2014), “Intervenções arquitetónicas em espaços informais”, *Estudo prévio 5/6*, Lisboa: CEA/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2016, ISSN: 2182-4339, disponível em: [www.estudo-previo.net](http://www.estudo-previo.net).
- Remesar, A. e Tomeu, V. (2003), *Metodologias Creativas Para la Participación - documento de trabajo* (doctorado Espacio público y Espacio Urbano: arte y sociedad), Barcelona: Universidad de Barcelona.
- Ricart, N. (2009), *Cartografies de La Mina: Art, Espai Públic, Participació Ciutadana* (PhD thesis), Barcelona: Universitat de Barcelona.
- Schneider, T. e Till, J. (2009), “Beyond Discourse: Notes on Spatial Agency. Agency in Architecture: Reframing Criticality”, in *Theory and Practice*, Spring 2009, pp. 97-111.
- Soja, E. (2010), *Seeking spatial justice*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT) (2010) *Count me in, Surveying for tenure security and urban land management*, Nairobi: UNON/Publishing Services Section.
- Tönnies, Ferdinand (2004 [1887]), *Community and Society*, New Brunswick and London: Transaction Publishers.
- Wenger-Trayner, Etienne and Beverly (2015), *Introduction to communities of practice A brief overview of the concept and its uses*, Disponível em <http://wenger-trayner.com/introduction-to-communities-of-practice/>, consultado em julho 2017.
- Young, I. (1990), *Justice and the Politics of Difference*, Princeton: Princeton University Press.